



**Jornal Negócios**

11-08-2014

<b>Periodicidade:</b> Diário	<b>Temática:</b> Economia
<b>Classe:</b> Economia/Negócios	<b>Dimensão:</b> 1148
<b>Âmbito:</b> Nacional	<b>Imagem:</b> S/Cor
<b>Tiragem:</b> 18239	<b>Página (s):</b> 1/16

**CONTAS DE 2013**  
Governo empolou receitas do IVA, diz Tribunal de Contas  
ECONOMIA 16



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 2013

# Governo exagerou receita do IVA, diz Tribunal de Contas

**Afinal, ao contrário do que o Executivo repetiu, a recuperação e o combate à fraude não justificaram um aumento da receita de IVA, que até caiu em 2013. Associação carece de fundamento, diz Tribunal.**

Bruno Simão



Interpretações de Maria Luís Albuquerque (ministra) e Paulo Nuncio (secretário de Estado dos Assuntos Fiscais) ficam em xeque.

RUI PERES JORGE  
rpjorge@negocios.pt

O Ministério das Finanças reportou várias vezes ao longo de 2013 “conclusões erróneas” que associaram um crescimento da receita de IVA à recuperação da economia e a medidas de combate à fraude. Essas observações “carecem de fundamento”, acusa o Tribunal de Contas (TdC) que evidencia que, usando dados comparáveis entre 2012 e 2013, a receita de IVA até caiu. A denúncia foi incluída num relatório divulgado na noite de domingo, onde é analisada a execução orçamental da Administração Central. Eis o que se passou.

Em 2013, seguindo recomendações do TdC, o Governo passou a incluir no registo da receita o chamado

IVA social – uma parte da receita de IVA consignada ao Orçamento da Segurança Social – que depois transferiu para os cofres da Previdência.

Até aí o Ministério das Finanças subtraía automaticamente essa verba à receita arrecadada pela Autoridade Tributária, inscrevendo-a directamente no orçamento da Segurança Social, o que, na prática, se traduzia numa transferência orçamental à margem do Orçamento do Estado.

A alteração, que melhorou o processo orçamental, serviu, no entanto, para o Ministério das Finanças fazer interpretações abusivas da evolução da receita com este imposto durante 2013, diz o Tribunal.

É que a inclusão do IVA social nas contas (o que não acontecia em 2012) foi decisiva para o aumento da receita de IVA reportada ao longo do ano pela Síntese de Execução Orçamental (SEO) divulgada pelo ministério, e que culminou num aumento anual de 3,5% no encaixe com este imposto. Mas se forem usados dados comparáveis – acrescentando o IVA social aos

dados de 2012 – “o IVA decresce 3,3% ao invés de crescer os 3,5% reportados na SEO”, calcula o TdC.

Perante estes dados, os auditores consideram que “as observações da SEO que relacionam a evolução da receita de IVA com a recuperação da actividade económica carecem, pois, de fundamento”, lê-se no relatório, que sublinha ainda que o perdão fiscal de 2013 acrescentou mais 200 milhões de euros à receita de IVA.

Numa troca viva de argumentos, o Governo discordou da avaliação, mas não convenceu os juizes do TdC. O gabinete de Maria Luís Albuquerque defendeu-se escrevendo que nas várias sínteses mensais foi referida “de forma contínua, inequívoca e clara” a alteração metodológica.

O problema é que, respondem os juizes, apesar de referida, o impacto da alteração nas contas – que transforma um aumento de receita significativo numa queda relevante – nunca foi explicitado nas sínteses, de tal forma que “a comparabilidade dos dados tomados para a apreciação da

“

**A recuperação económica observada a partir do segundo trimestre de 2013 (...) a par de um combate mais efectivo à fraude e à economia paralela, contribuíram de forma indelével para o desempenho da receita (...) de IVA**

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

“

**As observações da Síntese de Execução Orçamental que relacionam a evolução da receita de IVA com a recuperação da actividade económica carecem, pois, de fundamento.**

TRIBUNAL DE CONTAS

”

”

## Receita da RTP e EP mal registada

A Contribuição do Serviço Rodoviário, que financia as Estradas de Portugal, e a Contribuição para o Audiovisual, transferida para a RTP, continuam mal registadas no Orçamento do Estado, escreve o Tribunal de Contas. É que o Ministério das Finanças insiste em registar as duas contribuições como receita destas empresas quando, na verdade, e tratando-se de impostos, deveriam ser registadas como receita do Estado, que posteriormente é transferida para as empresas. O problema prolonga-se há anos e não há forma de o Governo o resolver, apesar da insistência do tribunal. A gravidade da situação atenuou-se em 2012 quando a RTP e a EP passaram a incluir o perímetro das AP, o que significa que a partir daí, embora mal registada, a receita passou a estar contabilizada no Orçamento.

receita de IVA não foi assegurada na SEO, daí resultando conclusões erróneas”.

Em particular, escreve o TdC, as SEO concluíam que “o aumento da receita de IVA evidencia a recuperação da actividade económica e a maior eficácia do combate à evasão fiscal e à economia paralela, em consequência dos resultados expressivos obtidos quer com a reforma da facturação, quer com a reforma dos documentos de transporte”, alterações que foram bandeiras de actuação da secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, liderada por Paulo Nuncio.

Na troca de argumentos com o TdC, o Ministério das Finanças defende-se ainda argumentando que a recuperação económica, em particular do consumo privado, e o combate à fraude “contribuíram de forma indelével para o desempenho da receita do Estado em sede de IVA”, embora não apresente estimativas ou explicações para a queda da receita com este impostos, quando feito o ajustamento pelo IVA social. ■